

Sr. Presidente, fale com o Celso

Roberto de Las-Casas



Dizem, e ninguém mais pode duvidar, que o senhor vai se constituir no principal responsável pelo pacote que vem aí. Isto é altamente negativo para o País, pois tende a eliminá-lo como árbitro final, como o último recurso num domínio em que sua gestão tem trazido muitas decepções para nosso povo. É certo que ao senhor não se pode atribuir a responsabilidade do descalabro a que chegou o Brasil na área econômica tanto no campo interno como em nossas relações exteriores. Mas ninguém pode negar que sua equipe econômica tem grande

parte de responsabilidade na situação em que nos encontramos.

O seu ministro do Planejamento, sr. Delfim Netto, em debate no Congresso, afirmou para um ilustre senador, sr. Roberto Saturnino, tentando ironizar, que ninguém poderia prever a crise internacional e seus reflexos sobre o Brasil.

A verdade, Sr. Presidente, é que não só o citado senador como um grande número de economistas criticaram, antes da crise, o caminho que havia sido definido por nossas autoridades do campo econômico.

O comportamento então adotado para a gestão de nossa economia, era o da irresponsabilidade. Dizia-se, na ocasião, que não era importante o fato de nossa dívida externa estar crescendo, desde que nossa economia crescesse mais rapidamente e que nossas exportações aumentassem ainda mais rapidamente. O mundo estava em expansão e os alertas pareciam deslocados. Ria-se dos prudentes.

Imaginemos uma família tradicional em que o marido trabalha e a senhora seja a encarregada da gestão das finanças domésticas. Suponhamos que o marido, tendo tido por anos sucessivos, aumentos substanciais, tal como ocorreu com o Brasil, a mulher se engajasse em compromissos não baseados sobre os disponíveis, mas naqueles que o esposo teria, na hipótese provável para ele, dos aumentos continuarem em cada ano vindouro. Quando ela chegasse diante de um juiz e alegasse que não poderia prever um limite para os aumentos, seria no mínimo, julgada como imprevidente e nenhuma indulgência obteria.

Foi isto que ocorreu com nossa economia. Adotando um comportamento de facilidade, levaram literalmente o Brasil para a inadimplência. Isto talvez tenha sido o mal menor. O crescimento de nossa economia, nos anos do milagre, era impetuoso mas levava a distorções tais que poderiam comprometer nosso futuro por muitas décadas. Não só as desigualdades aumentavam — e foi o senhor o primeiro a introduzir um corretivo parcial nessa distorção — como também nossa dependência do exterior crescia inexoravelmente. Passamos a pagar royalties até por produções que tradicionalmente dominamos.

Hoje, estamos às vésperas da moratória. O "trio maxi" diz que isto é uma consequência da crise, que não tem nenhuma responsabilidade na atual situação. É mentira. A crise só precipitou, só revelou uma estrutura econômica fragilizada. A dívida externa, o déficit do setor público, não são consequências apenas do crescimento do preço do petróleo e de seus reflexos. Foram consequências de anos de gestão irresponsável, de "aventureirismo".

Hoje chegou o momento da verdade. O Brasil tem de se enquadrar na economia mundial. Nossos credores exigem que submetamos toda nossa vida econômica e social à necessidade de nossos compromissos financeiros internacionais. Para eles, desde que não haja convulsões sociais, tudo deve ser subordinado à retribuição do que nos avançaram.

Senhor Presidente, o mais lastimável é que nossas autoridades financeiras e econômicas parecem dispostas a seguir o mesmo raciocínio. Depois de terem enganado o senhor e toda a Nação, afirmando que estávamos em condições de "cumprir nossos compromissos internacionais" e detrataram os que afirmavam sua necessidade, aí chegaram. Hoje estão às vésperas da moratória. Ela vai ser negociada.

Vários órgãos da imprensa, órgãos das classes conservadoras, dizem que é necessário que o senhor chame um negociador respeitável para representar o Brasil nesta nova negociação. Ninguém tem o direito de colocar em dúvida o seu apego aos interesses do Brasil, porém não é ilegítima a preocupação com a amplitude dos dados que lhe serão submetidos.

Toda assessoria tem um defeito, por mais honesta, por mais competente que seja ela se estrutura na defesa de determinada política, na justificação de um estoque de medidas administrativas. Infeliz o país que é dirigido por tecnocratas, eles têm pouca maleabilidade.

No Brasil, existem técnicos de reconhecida competência que advertiram que chegaríamos à situação em que estamos. Celso Furtado, Conceição Tavares, José Serra e outros poderiam, se convocados por V. Excia, trazer contribuições que seguramente permitiriam-lhe adotar as medidas que o Brasil necessita com um grande grau de liberdade. Um presidente não deve abrir mão de sua autoridade, pois ela corresponde à sua responsabilidade. Porém, justamente por isto, deve-se abrir um mais largo leque de consultas.

Em 1930, com Oswaldo Aranha como negociador, o Brasil foi a moratória. O negociador não foi com a preocupação de atender aos credores. Ele tinha em mente os interesses nacionais. Na ocasião devíamos 24 milhões de libras. Obtivemos uma dilatação de prazo e uma redução dos juros reais. Só pagamos 8 bilhões.

Caso nossos negociadores se lembrem que as taxas de juros, e portanto nossas dívidas, cresceram em função dos interesses nacionais dos credores, poderemos negociar como nação independente que não nega o interesse dos interlocutores, mas tem um destino histórico a percorrer.